

DIÁRIO DO



GOVERNO

A correspondência oficial da capital e das provincias, *fora de porte*, bem como os periódicos que trocarem com o *Diário*, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberam na mesma imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18.000
Ditas por semestre 10.000
Anúncios, por linha 60
Comunicados e correspondências, por linha 60
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se-hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no *Diário do Governo*.

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar a publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Portarias de 19 de Fevereiro:

Nomeando uma comissão para proceder a um inquérito aos serviços do corpo de bombeiros municipais de Lisboa.
Nomeando uma comissão para inquirir do estado actual dos serviços da Misericórdia de Lisboa, e da eficácia do seu funcionamento.
Lei de 19 de Fevereiro, autorizando a matrícula nas escolas normais e de habilitação para o magistério primário aos candidatos que se encontrem em determinadas condições.
Habilitações para levantamento de créditos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.
Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.
Despachos criando postos de registo civil.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Rectificações à lista dos candidatos a segundos aspirantes das alfândegas, publicada no *Diário* n.º 40.
Decreto de 15 de Fevereiro, mandando que sejam inutilizados os impressos, gravuras, estampas, litografias e cartongens, que forem postos em terceira praça nas estações aduaneiras e não obtenham lanço que cubra a importância dos competentes direitos.
Acórdãos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.
Arrematações (Folha n.º 21, apensa ao *Diário* de hoje):
Lista n.º 31:977.—No dia 13 de Março, arrematações no Ministério das Finanças.—Foros pertencentes a várias corporações, impostos em prédios situados nos concelhos de S. Tiago de Cacém e Mafra.
Lista n.º 31:978.—No dia 14 de Abril, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Ponta Delgada.—Foros pertencentes a várias corporações, impostos em prédios situados nos concelhos da Ribeira Grande e Ponta Delgada.
Lista n.º 31:979.—No dia 13 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Foros pertencentes à Misericórdia de Tomar, impostos em prédios situados no concelho de Tomar.
Lista n.º 31:980.—No dia 18 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Foros pertencentes à Misericórdia de Tomar, impostos em prédios situados no concelho de Tomar.
Lista n.º 31:981.—No dia 19 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Foros pertencentes à Misericórdia de Tomar, impostos em prédios situados nos concelhos de Tomar e Torres Novas.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Aviso acerca da adesão dos Países Baixos, quanto às Índias Orientais, à Convenção Internacional para a protecção da propriedade literária e artística.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Alvará do governador civil do distrito de Viseu, declarando em abandono uma mina de chumbo situada no concelho de S. João da Pesqueira.
Despachos pela Direcção Geral do Comércio e Indústria, sobre movimento de pessoal.
Mapa da distribuição dos cavalos reprodutores pelos postos hipicos em 1913.
Despachos e rectificações a despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.
Despacho isentando de franquia a correspondência expedida pelo Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar.
Despacho estabelecendo uma estação postal no lugar de Soalhões.

CONGRESSO:

Relatório da proposta de lei relativa à exploração comercial do porto de Leixões, publicada no *Diário* n.º 40.

TRIBUNAIS:

Tribunal Militar de Coimbra, éditos para citação de réus ausentes.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Montepio Oficial, aviso para assembleia geral em 22 de Fevereiro.
Arsenal da Marinha, anúncio para arrematação do concôrto de barris.
Caminhos de Ferro do Estado, aviso acerca das provas do concurso para praticantes do serviço do movimento.
Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.
Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 55 — Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 17 de Fevereiro.
N.º 56 — Relações de cidadãos portugueses falecidos em países estrangeiros.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Havendo o Governador Civil de Lisboa informado acerca da necessidade de se proceder a um inquérito rigoroso ao corpo de bombeiros municipais de Lisboa para se conhecer tanto da deficiência dos seus serviços, suas causas e modo como tem sido desempenhados, como das responsabilidades que caibam ao seu pessoal: manda o Governo da República, pelo Ministro do Interior, que uma comissão composta do Dr. José de Pádua, Senador da Nação; António Correia de Pinho, guarda-livros da Caixa Geral de Depósitos, e Tomás José de Aquino, comerciante, proceda com urgência ao referido inquérito, de que apresentará o respectivo relatório, podendo, para regularidade das suas funções, propor a suspensão de quem julgue conveniente.

Paços do Governo da República, em 19 de Fevereiro de 1913.—O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

Direcção Geral da Instrução Primária

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a matrícula nas escolas normais e de habilitação para o magistério primário aos candidatos que, satisfazendo as restantes condições estabelecidas na lei de 20 de Dezembro último, requeiram a sua admissão até 20 do corrente mês, e provem não ter menos de quinze anos completados até o dia 31 de Janeiro último.

§ único. As disposições deste artigo aplicam-se sómente aos candidatos que apresentem o diploma de aprovação no exame de 3.ª classe do curso geral dos liceus (1.ª secção).

Art. 2.º Esta lei entra em vigor desde a sua publicação no *Diário do Governo*.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Interior a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 19 de Fevereiro de 1913.—*Manuel de Arriaga—Rodrigo José Rodrigues*.

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

Atendendo à necessidade de inquirir acerca do estado actual dos serviços da Misericórdia de Lisboa e da eficácia do seu funcionamento: manda o Governo da República Portuguesa que seja nomeada uma comissão composta pelo Dr. Inácio França, Júlio de Macedo e Joaquim Ramos Simões, os quais procederão ao referido inquérito e apresentarão o consequente relatório no mais curto prazo, devendo nele indicar as modificações nos serviços, que julguem convenientes, para o mais cabal aproveitamento dos benefícios que o referido estabelecimento possa prestar.

Paços do Governo da República, em 19 de Fevereiro de 1913.—O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Anuncia-se, em observância do decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910, haverem requerido:

Alexandre Ferreira da Cunha e Sousa e Maria das Mercês Ferreira da Cunha e Sousa, o pagamento de vencimentos que ficaram em dívida a seu falecido pai, José Ferreira da Cunha e Sousa, na qualidade de governador civil aposentado, que foi, do distrito de Aveiro;

Maria Ferreira da Cunha, por si e como representante de seus filhos menores, e Manuel Ferreira da Cunha, o pagamento de vencimentos que ficaram em dívida a seu falecido marido e pai, João Moreira da Cunha, na qualidade de professor primário, que foi, da escola de Caparica, distrito de Lisboa;

Domingos dos Santos Ochoa, o pagamento de vencimentos que ficaram em dívida a seu falecido filho, Adriano José Ochoa, na qualidade de guarda n.º 1:239/1:140, que foi, do corpo da policia civica de Lisboa;

A fim de que qualquer pessoa, que também se julgue com direito à percepção dalgum dos referidos créditos, requeira por esta Repartição, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual serão resolvidas as pretensões.

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 19 de Fevereiro de 1913.—O Chefe da Repartição, *Olimpio Joaquim de Oliveira*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos effectuados nas seguintes datas, tendo o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 18 do corrente, os que estão nos casos do artigo 44.º e seus parágrafos da lei de 9 de Setembro de 1908:

Fevereiro 14

Vitorino Bento de Sousa — nomeado, interinamente, chefe dos guardas das cadeias civis de Lisboa.

Fevereiro 15

Nomeados substitutos dos juizes de direito das comarcas abaixo designadas, os seguintes indivíduos:

Ponte do Sor — Eduardo Fialho da Silva Sarmento.

Mação — Francisco de Pina Carvalho Freire Falcão.

Vieira — Alvaro José de Miranda Magalhães.

Bacharel Francisco Lourenço Valadão Júnior — nomeado subdelegado do procurador da República na comarca de Angra do Heroísmo.

Fevereiro 19

João dos Santos de Carvalho, ajudante de notário em Armamar — autorizado, provisoriamente, a exercer a advocacia.

Licenças de que foram pagos os emolumentos:

Fevereiro 13

Abílio Augusto da Rocha Gomes, escrivão-notário em Arcos de Valdevez — trinta dias.

Fevereiro 14

Henrique Freire de Oliveira Garcez, contador do juízo de direito em Penacova — sessenta dias, por motivo de doença.

Fevereiro 15

Bacharel Joaquim Freitas Picanço, notário em Santa Comba-Dão — sessenta dias, por motivo de doença.

José de Abreu de Magalhães Coutinho, delegado do Procurador da República em Mação — autorizado a gozar quinze dias de licença anterior.

O nome do notário nomeado para a comarca de Alcobaça é Alberto Henriques Vilanova e não como saiu no *Diário do Governo*, de 21 de Janeiro do corrente ano. Direcção Geral da Justiça, em 19 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, *Germano Martins*.

Conservatória Geral do Registo Civil

Despachos effectuados em 19 de Fevereiro de 1913

Josué Augusto de Freitas Guimarães — nomeado ajudante do posto de registo civil da freguesia de Perozinho, do concelho de Vila Nova de Gaia.

José Pereira Gomes de Miranda — exonerado de ajudante do posto de registo civil da freguesia de S. Clemente (Gandarela), do concelho de Celorico de Basto.

José Joaquim de Araújo — nomeado ajudante para o referido posto.

Criado um posto de registo civil na freguesia de S. Vicente de Pijairo, do concelho de Évora.

Maria Loreto de Castro — nomeada ajudante para o referido posto.

Criado um posto de registo civil na freguesia de Vila Nova de Telha, do concelho da Maia, compreendendo a freguesia de Moreira, do mesmo concelho.

Carlos Alberto Salvador Lima — nomeado ajudante para o referido posto.

Conservatória Geral do Registo Civil, em 19 de Fevereiro de 1913.—O Conservador Geral, *Germano Martins*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

Rectificações

Na relação dos candidatos a lugares de segundos aspirantes das alfândegas, publicada no *Diário do Governo* n.º 40, de hoje, onde se lê: «Adelino Augusto Rodrigues» e «José Martins da Estanor», leia-se, respectivamente, «Abílio Augusto Rodrigues» e «José Martins do Estanco».

Secretaria do Conselho da Direcção Geral das Alfândegas, em 19 de Fevereiro de 1913.—O Secretário do Conselho, *António Vicente Scarnichia*.